

PLANO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA

PMIA

2018-2028

Afogados da Ingazeira
2018



José Coimbra Patriota Filho

Prefeito

Alessandro Palmeira de Vasconcelos Leite

Vice – Prefeito

Claudinete de Lima

*Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente -
CMPDDCA*



Comissão Intersetorial para Infância e Adolescência

Joana D'arc da Silva Freitas - *Secretária Municipal de Assistência Social*

Maria do Socorro Martins – *Secretária Adjunta de Assistência Social*

Gilmar Aguiar de Arruda – *Coordenador do PAA*

Aline M^a Souza Gomes – *Coordenadora do Abrigo Institucional – Crianças e Adolescentes*

Arlindo Junior Liberal Silva – *Assistente Social*

Veratânia Lacerda Gomes de Moraes - *Secretária Municipal de Educação*

Rejane Aparecida Ferreira – *Supervisora da Educação Infantil*

Patrícia da Silva Mariano Queiroz . – *Supervisora da Educação Infantil*

Merizane Lacerda Gomes – *Chefe de Ensino*

Edgar Santos - *Secretária Municipal de Cultura, Esportes e Turismo*

César Tenório – *Secretária Adjunto de Cultura, Esportes e Turismo*

Tiago Kessio da Silva – *Diretor de Cultura*

Artur Belarmino de Amorim - *Secretário Municipal de Saúde*

Manoella Nascimento – *Coordenadora do Núcleo de Apoio a Saúde da Família*

Maria Madalena Brito – *Diretora de Vigilância em Saúde*

Verandilson Ferreira Zuza – *Coordenador do Centro de Reabilitação Física*

Claudinete de Lima – *Presidente do CMPDDCA*

Márcia Helena Genésio de Siqueira– *Secretária do CMDCA*

Edemilson Bezerra de Lima – *Tesoureiro do CMDCA*

Rosangela Patrícia de Carvalho Silva- *Conselho Tutelar*

Francisco Alves Quirino- *Mobilizador de Adolescente*



É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Constituição da República Federativa do Brasil, art. 227.



SUMÁRIO

- 1- APRESENTAÇÃO**
- 2- CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA**
 - 2.1- INTRODUÇÃO**
 - 2.2- CONTEXTUALIZAÇÃO**
 - 2.2.1- ASSISTÊNCIA SOCIAL**
 - 2.2.2 – EDUCAÇÃO**
 - 2.2.3 – CULTURA, ESPORTE E LASER**
 - 2.2.4– SAÚDE**
 - 2.3 - DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**
- 3- CONSELHOS**
 - 3.1- MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMPDDCA**
 - 3.2- CONSELHO TUTELAR**
- 4- PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DO PLANO**
- 5- MATRIZ LÓGICA - AÇÕES DO PLANO**
- 6- CONSIDERAÇÕES FINAIS**
- 7- REFERÊNCIAS**



1. APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA tem como objetivo a garantia de direitos como a promoção, a proteção e a resolução de problemas que afetam direta ou indiretamente crianças e adolescentes do Município, numa perspectiva de dez anos. Esta política de atendimento à criança e ao adolescente terá como prioridade a abordagem de temáticas que identifiquem problemas centrais e definam as diretrizes e eixos para a consecução dos objetivos estratégicos, das metas e dos indicadores de resultados. Para tanto, torna-se imprescindível a definição das fontes de recursos e dos responsáveis pela execução das ações e projetos que nortearão esta política de atendimento.

O processo de formulação do Plano foi coordenado pela Comissão Intersectorial Municipal para a Infância e a Adolescência, composto por representantes das Secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, Esporte, com apoio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, utilizando-se as ferramentas do Planejamento Estratégico da gestão municipal, para organização dos processos de trabalho realizado nas diversas secretarias que compõem a gestão municipal.

Os princípios norteadores foram: primeiro - a busca da consistência técnica, que resultou numa análise da realidade do município; a descrição dos principais problemas encontrados, a definição das ações para o seu enfrentamento, das metas, dos prazos e responsáveis, considerando o acúmulo histórico dos diversos setores, buscando a integração de todos os segmentos que compõem a gestão; segundo - a coerência com a realidade na identificação de várias necessidades de expansão das ofertas assistenciais verificadas, tendo em vista as possibilidades concretas de viabilização financeira e de execução do plano.

A identificação de problemas e soluções teve como base orientadora o Método de Planejamento de Projetos Orientados por Objetivos – Método ZOOP, que possibilita a análise do grande problema (com dados e opiniões), identificação das partes ou “problemas específicos”; avaliação de cada problema; identificando a relação de causa e efeito, bem como a análise de iniciativas ou medidas anteriores e seus resultados, de forma a possibilitar a análise de envolvimento e/ou participação, problemas (identificação de problemas centrais, suas causas e seus efeitos), objetivos e alternativas. Dessa forma, na análise setorial, os problemas foram agrupados por áreas temáticas, como Assistência social, Educação, Cultura e Saúde.

O processo completo, da decisão ao formato final do plano, envolveu a realização de seis etapas: 1ª etapa – **Mobilização**; 2ª etapa – **Identificação de problemas e soluções**; 3ª etapa – **Sistematização**; 4ª etapa – **Análise setorial**; 5ª etapa – **Consolidação**; 6ª etapa – **Aprovação, divulgação e institucionalização**.



Outro ponto importante foi à estratégia de garantir a articulação das políticas propostas neste instrumento, nas dimensões Social, Ambiental, Econômica e Institucional dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – ODS, com os seus 17 objetivos e 169 metas, necessários e importantes para o desenvolvimento da agenda global e a garantia de uma melhor qualidade de vida local.

Verandilson Ferreira Zuza
**Integrante da Comissão Intersetorial e
Articulador do Programa Prefeito Amigo da Criança - ABRINQ**



2- CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

2.1- INTRODUÇÃO

O município de Afogados da Ingazeira tem, por meio de um modelo de gestão, servido como exemplo de integração e êxito na execução de políticas públicas em suas diversas áreas, servindo de modelo para outras cidades do estado.

A partir das análises descritivas potencializadas pelo amplo diagnóstico da realidade do Município, as diretrizes, metas e estratégias que estruturaram no Plano, foram consolidadas na perspectiva de referendar os pleitos e as demandas emanadas da Sociedade civil organizada. Com efeito, o desafio de materializar o Plano requer um compromisso ético, político e social que extrapola a esfera dos poderes constituídos, requerendo a efetiva participação cidadã.

A gestão tem estruturado suas ações a partir da efetivação de seus planos, podendo aqui, destacar o Plano Municipal de Educação que em suas diretrizes priorizam: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; valorização dos (as) profissionais da educação; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

No Plano Municipal de Assistência Social, Afogados da Ingazeira se propõe a articular os diversos atores para o debate sobre a importância da execução da Política Municipal de Assistência Social, adequando-a à legislação, à normatização e às orientações do MDSA, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, visando garantir a plena efetivação do SUAS, materializando-se como um instrumento da PAS – Política de Assistência Social, a partir da definição de suas diretrizes, objetivos, ações e metas, otimizando um planejamento a curto, médio e longo prazo, que traga visibilidade e compreensão da realidade física, humana, técnica e financeira da Assistência Social no município.

Na saúde, a formulação de um plano como uma confirmação do direito à saúde e como um importante instrumento de concretização desse direito, de maneira organizada, planejada, com metas e objetivos a serem alcançados e avaliados. Tem-se um plano com determinação



pelo contínuo avanço, a partir de experiências vividas e de novas forças que se somaram para resolver, de forma progressiva, os principais impasses do sistema, buscando inovar no processo de gestão pública e assumindo, cada vez mais, o compromisso com uma prestação de serviços de qualidade, com uma lógica humanizada da gestão e prestação de serviço.

O principal objetivo é garantir o desenvolvimento de projetos para melhorar a qualidade da atenção à infância e à adolescência no município, através de um processo de planejamento estratégico, participativo e intersetorial, visando o enfrentamento de problemas que comprometam a qualidade de vida da criança e do adolescente, por meio de um permanente processo de planejamento, monitoramento e avaliação do alcance de metas, potencializando os pontos fortes e reduzindo os pontos fracos do processo de gestão, com a participação de todos os envolvidos.

2.2- CONTEXTUALIZAÇÃO

Afogados da Ingazeira, localizada na Macrorregião do Sertão Pernambucano e na Microrregião do Pajeú, com uma área territorial de 384,4 Km², é a única cidade pernambucana com menos de 50.000 habitantes classificada pelo IBGE como Centro Sub-regional B, devido sua rede de influência. Possui o terceiro maior IDH da região, somente atrás de Triunfo e Serra Talhada e está situado a 386 km de distância da capital, Recife. O clima é semiárido quente, com temperaturas variando entre 20°C e 36°C.

A extensão territorial citada anteriormente pode ser identificada na figura 01 mesma traz a conformação do território do município e o caracteriza como um território, predominantemente, rural. Atualmente, segundo dados oriundos da Secretaria de Agricultura do Município, existem aproximadamente 120 comunidades rurais habitadas em todo território exposto. A enorme extensão da área rural e a mínima densidade demográfica, 22hab/km².

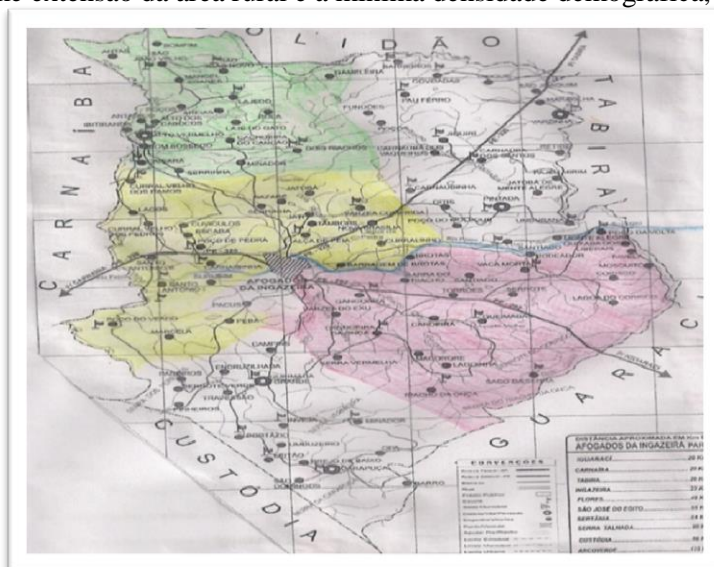


Figura 01 – Mapa do Município de Afogados da Ingazeira – Fonte: Arquivo Municipal

A população do município é formada predominantemente por mulheres, correspondendo a 52,15% do total da população.

De acordo com a faixa etária, a população predominante encontra-se entre os 20 < 59 anos, a mesma caracterizada por adultos jovens, apresentando a maior concentração entre a faixa etária de 20 < 39 anos. O aumento da participação relativa da população em idade produtiva tem uma relação positiva com o crescimento econômico.

O Município destaca-se por ser o segundo principal centro comercial do Vale do Pajeú e por ser sede de diversos órgãos públicos como a Gerência Regional de Educação, a Gerência Regional de Saúde, o 23º Batalhão de Polícia Militar, o TG 07-020 sétima região, o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - SASSEPE, o Hospital Regional, a 24ª Ciretran Especial, ARE - Secretária da Fazenda - PE, Unidade Avançada do Corpo de Bombeiros, Área Integrada de Segurança, IF-PE Instituto Federal de Pernambuco, além de outros. Possuindo instituições de nível superior e abrigando a Diocese de Afogados da Ingazeira. Sua economia, historicamente, sempre teve como base a pecuária de corte (bovinocultura e caprinocultura) e a pequena agricultura, com o cultivo de milho, mandioca e frutas. Além disso, ganhou destaque a avicultura, introduzida no município. A cidade tem um forte comércio nos setores automobilístico, vestuários, materiais de construção, bancos, e distribuidoras que abastecem cidades vizinhas.

O que caracteriza Afogados da Ingazeira são suas belezas naturais, as ricas manifestações da cultura popular presentes no município e um movimentado calendário de festas de rua. No artesanato, destacam-se as coloridas bonecas de pano, de várias formas e tamanhos. Conta, ainda, com diversas praças, entre elas, a Praça de alimentação, no centro, com uma grande variedade gastronômica, além de hotéis e clubes aquáticos. Possui terminal rodoviário, aeródromo e uma ótima organização urbana.

Entre os anos verificados, utilizando-se de dados oficiais oriundos (IBGE), o município vem aumentando seu índice de desenvolvimento humano. Analisando os dados de acordo com os registros encontrados, Afogados da Ingazeira conseguiu aumentar entre os anos de 1991 e 2010 seu índice em 0,274. Atualmente é o município que compõe a X Regional de Saúde com o melhor IDH. Isso implica diretamente em melhorias significativas na saúde, na educação e na expectativa de vida da população, ao nascer.



2.2.1- ASSISTÊNCIA SOCIAL

No município de Afogados da Ingazeira existe um conjunto de legislação que compõe atualmente a Política Municipal de Assistência Social, traduzindo no seu modelo de gestão um compromisso pela democracia, controle social e protagonismo dos (a) usuários (a), na formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação do SUAS.

Tem como marco histórico todo o arcabouço de legislação e normativas que se traduzem em avanços e desafios no processo de inclusão social, garantias de direito e acesso a serviços, programas e benefícios sociais, revelando, assim, seu compromisso com a gestão pública transparente e de qualidade.

O acesso aos serviços, benefícios, programas e projetos correspondem ao princípio da equidade como se preconiza os dispositivos legais da Política de Assistência Social. O município de Afogados da Ingazeira apresenta diversas peculiaridades que devem ser consideradas na formatação de um plano de intervenção que contemple a população urbana e rural, com vistas à proteção social básica e especial.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

- Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

SCFV - 0 a 6 anos: podemos destacar que a execução deste serviço para crianças de 3 a 6 anos se dá apenas na sede do Serviço de Convivência, observa-se que a demanda atendida, nesta faixa etária, é pequena se comparada com os demais serviços de convivência.

SCFV – 6 a 15 anos: com relação a esta faixa etária, o município apresenta maior cobertura de atendimento, sendo o serviço oferecido na sede do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e na sede do próprio serviço.

SCFV para adolescentes de 15 a 17 anos: esta modalidade no município trata-se da faixa etária que apresenta cobertura de atendimento, sendo o serviço oferecido na sede do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e na sede do próprio serviço.

- Programa de Transferência de Renda Bolsa Família

- Primeira Infância no SUAS - Programa Criança Feliz

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

- Centro Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

- Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – AEPETI



PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

- Abrigo Institucional João de Freitas Neto

2.2.2- EDUCAÇÃO

Garantir uma infância saudável é dever de toda a sociedade, através da família e escola como lugares primordiais de acolhimento e validação deste direito. É por meio da vivência nesses dois espaços que a criança se desenvolve, constrói a sua identidade e vive a sua infância, que requer mais que o reconhecimento do ser criança, mas principalmente respeite o período da infância com todos os seus direitos garantidos pela Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e LDBEN.

Ser criança não garante o direito de viver a infância, pois para que isso aconteça é necessário garantir todos os seus direitos previstos em lei e dar condição legal para que se transformem em realidade através de práticas socioeducativas desde o cerne familiar.

Por muito tempo acreditou-se em um conceito de criança totalmente desvinculado do conceito de infância, pois ao observarmos a criança dentro do contexto histórico, podemos constatar que a criança que hoje é considerada questionadora e transformadora da realidade, já foi vista apenas como uma miniatura do adulto, imitadora de seus comportamentos como condição de se tornar uma reprodução física e comportamental do mesmo.

É preciso que as propostas educacionais para a infância e adolescência reconheçam sua singularidade. Essa não é tarefa fácil, mas possível dentro de planos construídos com o objetivo de atender as diferenças de sujeitos, de aprendizagem, de faixa etária e de culturas.

De acordo com o censo escolar 2017 o município de Afogados da Ingazeira, possui 6.207 estudantes matriculados na rede, constituem clientela da Creche 508, Pré-escola 905, Anos Iniciais do Ensino Fundamental 2.736, Anos Finais do Ensino Fundamental 1.845, EJA 213, dentre estes contam 259 da Educação Inclusiva. O desempenho escolar das etapas, níveis e modalidades de ensino da Educação Básica, neste município, será apresentado nos dados e informações a seguir, através de recorte do Plano Municipal de Educação - PME (2015–2025).

EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, é um direito constitucionalmente assegurado a crianças na faixa de zero a cinco anos de idade. Nos termos do Art. 11, inciso V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, em vigência, a expressão da oferta desse nível de ensino, obedecendo a um padrão de qualidade é, prioritariamente, responsabilidade do Poder Público Municipal, devendo ser oferecida em



Creches (para crianças de 0 a 3 anos de idade) e Pré-escola (para crianças de 4 e 5 anos de idade). Neste Município, 82,3% da população de 4 e 5 anos de idade frequentam a Pré-Escola, dado acima da média do Estado (82,1%) e da média nacional (81,4%).

Contudo, a oferta desse nível de ensino, para a população de 0 a 3 anos de idade, ainda é restrita, considerando que a rede municipal de ensino, ainda, está se adequando para ampliação do atendimento em creches. Porém há necessidade de maior investimento do município para ampliação das matrículas na Educação Infantil, tendo em vista o impacto positivo nos resultados educacionais, no sentido de garantir às crianças os estímulos necessários ao seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo.

ENSINO FUNDAMENTAL

Com duração ampliada para nove anos, com fim de atender a população de 6 a 14 anos de idade (Lei nº 11.224/2006), o Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito na escola pública, de acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 208, com alteração da Emenda Constitucional nº 59/2009. Neste Município, a taxa de atendimento à população de 6 a 14 anos que frequenta a escola é de 97,3%, registrando uma tendência à universalização desse nível de ensino.

Esses dados, analisados em conjunto com outras informações, pontuam a necessidade da equidade entre acesso e permanência, com qualidade, na educação escolar. Para cumprir as diretrizes norteadoras desse nível de ensino, o Município, em colaboração com a União e o Estado, vêm desenvolvendo políticas educacionais, tais como: programas de alfabetização, ampliação da jornada escolar (Mais Educação), formação continuada para os professores, entre outras iniciativas.

O Programa Alfabetizar com Sucesso tem como meta principal a alfabetização com letramento em todos os componentes curriculares, de forma a atender estudantes na faixa etária de 6 a 8 anos (1º Ciclo) e a solidificação do processo de alfabetização (2º ciclo), para os estudantes de 9 e 10 anos de idade. Os resultados dessa conjugação de esforços vêm refletindo positivamente, neste Município, em termos do sucesso escolar, pela elevação das taxas de aprovação, bem assim redução da repetência e da evasão escolar.

A taxa de analfabetismo, por faixa etária, registra que, neste Município, 23,12% do grupo populacional de 15 anos ou mais são analfabetos. De acordo com o Programa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, o percentual de analfabetismo no País, em 2013, em relação à população brasileira com 15 anos ou mais que não sabe ler e escrever, é de 8,3%, demonstrando uma redução em relação ao ano anterior (8,7%), mais alta do que em 2011 (8,6%).

Em Pernambuco, no período de 2012 a 2013, passou de 17,4% para 12,6%, uma diminuição de 4,8%. Nesse confronto de dados, constata-se que o Município registra um



percentual acima da média nacional e da média do Estado. Com base nessa análise, na perspectiva de atender aos princípios exarados na Constituição Federal, na LDBEN, art. 37 e seus parágrafos e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE/CEB nº 1/2000), o Município, pela articulação de esforços com a União e o Estado, deve fortalecer as ações e iniciativas com o fim de assegurar a esse segmento populacional o direito à educação universalizada e de qualidade, que considere a realidade local e suas peculiaridades, a situação econômica e faixa etária e o perfil de aprendizagem dos estudantes.

Já nas faixas etárias de 15 a 24 anos e de 25 a 39 anos, a taxa de analfabetos é menor, elevando-se, consideravelmente, nos grupos etários de 40 a 59 anos e de 60 anos ou mais. Ampliar a oferta, com qualidade da Educação de Jovens e Adultos deve ser compromisso do Poder Público, no sentido de promover ações integradas e complementares entre si para assegurar oportunidades educacionais a essa demanda populacional, considerando suas características, seus interesses, condições de vida e trabalho. Com essa perspectiva, o Município aderiu ao Programa Brasil Alfabetizado, do Governo Federal, sob a coordenação do Estado, com a denominação Paulo Freire - Pernambuco Escolarizado. Essas estratégias vêm oportunizando alfabetização para jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não permaneceram na escola, na idade ideal, bem como a integração dos concluintes em programas de elevação da escolaridade e em turmas regular de Jovens e Adultos.

Dessa forma, todas as ações propostas pela Educação no *Plano Municipal para a Primeira Infância e Adolescência* – PMIA tem como referência o Plano Municipal de Educação, o Plano de Gestão da Educação Infantil, o diagnóstico a partir dos Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil, realizado em 2016 e os planos e monitoramento das demais etapas que compõem a Educação Básica deste município.

2.2.3. CULTURA, ESPORTE E LAZER

A Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, promove atividades Culturais e Esportivas através de seus projetos e oficinas, a exemplo do Projeto Cine Clube, Quinta Cultural, Balé Cultural, Balé Express'art e Esportes nos Bairros.

Com o Cine Clube, proporciona-se entretenimento e formação para as crianças, adolescentes e jovens, com exhibições de filmes que gerem debates sobre assuntos pertinentes a cada realidade. A vivência desse Projeto garante, também, diversão e o acesso à arte cinematográfica, contando ainda com distribuição de pipocas e livros.

Na Quinta Cultural é garantido à oportunidade para crianças, adolescente e jovem mostrarem sua arte, seja ela através da dança, do teatro, da música, da poesia, entre outros.



O Balé Cultural e Balé Expressa'art são grupos culturais que exercem o papel de transformar a realidade (muitas vezes, adversas) dos seus participantes. Além de ensaios e apresentações, os profissionais à frente dos referidos grupos realizam oficinas em escolas públicas e promovem formação cultural a fim de orientá-los sobre a cultura regional, através de danças e costumes de nossa gente, como também a cultura erudita.

No Esporte, trabalha-se através de modalidades na categoria mirim/ infantil, com trabalhos voltados para o futebol, futsal, handebol, basquete, xadrez e atletismo, tanto em eventos próprios como em parceria com o Governo do Estado. O programa “Esportes nos Bairros” atende crianças de 10 à 14 anos, com o objetivo de promover a inclusão social, através da prática esportiva. Além de permitir, a nossas crianças e jovens, espaço para prática esportiva, incentiva-se, também, questões importantes como disciplina, trabalho em equipe, respeito ao próximo. A condição para participar da competição é estar com a frequência e o rendimento escolar em dia.

A Secretaria de Cultura Turismo e Esportes, em seu planejamento, entende que, cada vez mais, os esportes vêm revolucionando as escolas do País. Esta preocupação no ensino cresce a cada dia, como forma de incentivo aos alunos, buscando o efetivo desenvolvimento nos esportes. Por isso, a importância do esporte na educação.

Assim, através do *Esporte nos Bairros*, identifica-se alguns atletas com boas potencialidades na modalidade. A partir dessa constatação, foi criada a Seleção Afogadense de futebol sub-17.

2.2.4. SAÚDE

Através do monitoramento permanente para identificar os principais problemas de saúde da população do seu território e entendendo que saúde se faz a partir desse pressuposto, o quadro de objetivos e metas da saúde está organizado de acordo com as respectivas áreas estratégicas: Atenção Básica, Urgência e Emergência, Atenção Psicossocial, Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar, Vigilância em Saúde e Participação da População, além da área de Gestão de Pessoas e Educação Permanente.

A configuração da rede assistencial em Afogados da Ingazeira está estruturada por componentes sob administração da esfera estadual e municipal. Atualmente, o município encontra-se sob gestão plena do Sistema Único de Saúde e já atingiu uma cobertura de 100 % (cem por cento) da Atenção Básica em seu território, segundo o Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde (DAB) e, de acordo com o SIAB (Sistema de Informações da Atenção Básica), 12.770 famílias acompanhadas através das unidades de Saúde da Família sendo 09 na zona urbana e 05 na zona rural, 13 equipes de saúde bucal, 20 pontos de apoio na zona rural para UBS do território, uma equipe do NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família.



Através do Plano Municipal de saúde conseguiu-se descentralizar as responsabilidades e integralidade da prestação de serviços na Vigilância em Saúde, que entre Vigilância Sanitária, Programa Nacional de Imunização – PNI fortalecem as ações da Vigilância Epidemiológica que contemplam: Coleta de dados; Processamento dos dados coletados; Análise e interpretação dos dados processados; Assessoria e recomendação das medidas de controle apropriadas; Promoção das ações de controle indicadas; Avaliação da eficácia e efetividade das medidas adotadas e Divulgação de informações pertinentes. As ações de Vigilância Epidemiológica são desenvolvidas de forma articulada com diversos setores. Atualmente, existem 14 fontes municipais, 1 regional e 1 particular de notificação e acompanhamento dos casos. Os exames para investigação são encaminhados ao laboratório de referência e o Laboratório Central do Estado – Lacen - PE. Dentro desta gerência é realizado o processamento eletrônico dos programas: Sistema de Informação de Mortalidade – SIM; Sistema de Informação de Nascidos Vivos – SINASC; Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN; Controle das Doenças Diarréicas agudas – SIVEP DDA, assim como fazem a integração e controle dos Comitês Municipal de Óbito Infantil e Óbito Materno.

De acordo com o CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) existem 61 estabelecimentos de saúde credenciados, dentre os que desenvolvem ações diretas voltas a Infância e a Adolescência, estão:

- a) **Atenção Básica – AB e NASF**
- b) **Centro de Saúde da Mulher da Criança e do Adolescente**
- c) **Centro de Apoio Psicossocial Infantil – CAPS i**
- d) **Vigilância Alimentar e Nutricional**
- e) **Vigilância Epidemiológica**
- f) **Centro de Testagem e Aconselhamento e Serviço de Atendimento Especializado - CTA/SAE**
- g) **Saúde Bucal e CEO – Centro Especializado em Odontologia, tipo 1**
- h) **Centro Especializado em Reabilitação – Física, Auditiva e Visual**
- i) **Central de Regulação**

2.2.5- DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – ANO BASE 2017

□ SOCIODEMOGRÁFICOS

População por Faixa Etária - **8.528**

De 0 a 4 anos: **1.916**

De 5 a 6 anos: **999**



De 07 a 15 anos: **4.588**

De 16 a 17 anos: **1.025**

Total: **8.528** Infância e Adolescente

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/painel03.php#>

População por gênero -

De 0 a 17 anos

Masculino: **4.411**

Feminino: **4.117**

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/painel03.php#>

População abaixo do nível de pobreza - **5.041**

Fonte: Ministério da Cidadania, Cadastro Único para programas Sociais (Dezembro/2017)

População beneficiária do Programa Bolsa Família - **5.132**

Fonte: Ministério da Cidadania, Folha de Pagamento do Programa Bolsa Família (Dezembro/2017)

População beneficiária do BPC - **1.472**

Pessoa com deficiência: **1.078**

Pessoa Idoso: **394**

Fonte: *DATAPREV/Síntese/2017*

População com algum tipo de deficiência: **-2.252**

Masculina: **995**

Feminina: **1061**

Não Informada: **236**

Fonte: DATAPREV/Síntese / https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/bpc/bpc_freq.php#

Povos e comunidade tradicionais:

Indígenas: **0**

Quilombolas: **21 famílias**

Ribeirinhas: **0**

Obs: Dados Gerais das famílias.



EDUCAÇÃO

Cobertura em todas as etapas de ensino (creche, pré-escola, ensino fundamental I e II) – **89,8%**

Demanda reprimida / Crianças em fila de espera - **0**

Taxa de alfabetização – **83%**

Índices de aprendizagem

Anos Iniciais – **5,5%**

Anos Finais – **5,3%**

Distorção idade-série – **16,8%**

Evasão escolar

Anos Iniciais – **0,9 %**

Anos Finais – **1,9 %**

SAÚDE

Números de óbitos maternos – **0**

Número de óbitos infantis (até 1 ano) – **07**

Número de óbitos na infância (até 5 anos) – **0**

Taxa de mortalidade infantil (até 1 ano) – **1,3%**

Taxa de mortalidade na infância até 5 anos) – **0**

Nascidos vivos de mães adolescentes (até 19 anos) – **40**

Proporção/percentual de nascidos vivos de mães adolescentes – **7,9%**

Proporção de crianças menores de 5 anos de idade abaixo do peso ideal-

Magreza acentuada – **1,27%**

Magreza – **1,79%**

Proteção

Números de famílias referenciadas nos serviços da assistência: **189 Famílias**

Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI

Números de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil: **31 RMA /2017**

Formas mais recorrente de trabalho infantil no município: Crianças e Adolescente Trabalhando com carroça de mão (pegando Frete nas feiras livre).

Territórios com maior incidência de trabalho infantil no município:

Sítio Riacho da Onça – Zona Rural na Agricultura Familiar.

Adolescente cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto: **50**



Masculino: **37**

Feminino: **13**

Segundo CREAS / RMA/2017

Principais violações de direitos de crianças e adolescente no Município:

Casos Notificados no município:

Negligencia e abandono: **37**

Violências:

Física/Psicológica: **42**

Institucional: **0**

Abuso Sexual: **12**

Óbito por causas externas: **Não este dado**

Suicídio: **Não este dado**

Bullying: **Não este dado**

Violência de direitos de crianças e adolescente mais recorrentes por território e/ou gênero:

Física/Psicológica:

Masculino: **15**

Feminino: **27**

Famílias com crianças e adolescente em serviço de Acolhimento: **08**

3- CONSELHOS

3.1- MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMPDDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Afogados de Ingazeira, criado pela Lei nº 053/1991 de Maio de 1991, ementas Lei nº 229/2000, 263/2001, Lei nº 586/2014 e a Lei Complementar nº 039/2016 que institui o Fundo Municipal, consolidado através da Lei Orgânica de 05 de Abril de 1990, encontra-se em funcionamento desde 1990. Composto por órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegura a participação popular paritária por meio de organizações representativas (governamentais e não governamentais), segundo Leis Federais, Estaduais e Municipais, sendo 06 membros indicados pelo poder público municipal e 06, pela sociedade civil, dentro de suas respectivas áreas de atuação. Tem como função, gerenciar o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMDICAD, com a finalidade de aplicar e destinar verbas para organizações governamentais e não governamentais, a fim de elaborar, decidir, e acompanhar o conjunto de



ações destinadas ao atendimento da criança e do adolescente do município de Afogados da Ingazeira, juntamente com a rede de proteção (Conselho Tutelar, Ministério público, Assistência social, através dos equipamentos CRAS e CREAS ,entre outros), além de zelar pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. O Colegiado tem se pautado nos princípios Constitucionais, na Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 – ECA (artigo 88, inciso II), e legislações complementares, deliberando e emitindo resoluções específicas, promovendo a defesa dos direitos das crianças e adolescentes em espaços de participação da comunidade, através de fóruns e conferências, com ênfase especial na divulgação e aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Em seu campo de atuação, o CMPDDCA-AI, norteia-se pelas características do Município no âmbito relacionado à criança e adolescentes e políticas públicas a elas direcionadas.

3.2- CONSELHO TUTELAR

Criado através da Lei Municipal Nº 053/91, O conselho Tutelar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Afogados da Ingazeira, com sede localizada na Rua Dário Mascena Bastos S/N, centro, com o funcionamento das 8h à 12h e das 14h às 17h, com plantão noturno domiciliar por parte de cada Conselheiro (a). Trata-se de um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional e fiscalizador, encarregado pela sociedade, de zelar pelo cumprimento dos Direitos e do Adolescente; conforme a Lei Federal nº: 8069/90 ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). O Conselho Tutelar é composto por 10 (dez) membros 5 (cinco) titular e 5 (cinco) suplentes, escolhidos por votos direto e secreto, não obrigatório, da comunidade local, para um mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzido a outros mandatos. Recebeu equipamentos provenientes de doação feita pela Secretaria de Defesa Social; tais como computadores, impressora, geladeira, bebedouro e um veículo modelo Spin OYZ 5118.



4- PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DO PLANO

A estratégia utilizada para a construção deste plano está baseada no Método ZOPP – Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos, utilizado em projetos de cooperação, da fundação Abrinq, como também de outros organismos internacionais.

O Método ZOPP propõe uma sequência de atividades que possibilitam que um grupo, partindo de um amplo universo de idéias, opiniões, conhecimentos e experiências individuais, chegue a um plano ou projeto detalhado em seus objetivos e estratégias. De acordo com a proposta do método, a atividade de planejamento é organizada em duas grandes fases: Fase de Diagnóstico – que envolve a realização de quatro tipos de análises (análise de desenvolvimento ou participação; análise de problemas; análise de objetivos e análise de alternativas) e Fase de Planejamento – consiste na montagem de um Marco Lógico (ou Matriz Lógica), com o detalhamento de objetivos, resultados, atividades, indicadores, meios de verificação e pressupostos.

Plano Municipal para a Infância e Adolescência. Elaboração e Revisão. 3ª Edição. Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente. São Paulo, 2017.

ITEM	ASSUNTO	ENCAMINHAMENTO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
FASE DE MOBILIZAÇÃO			
01	Seminário/Evento	Definição de data	Em reunião da Comissão foi articulada uma data, de forma a garantir a presença do prefeito e do presidente do CMDCA.
		Local de realização	Identificação de um espaço que disponibilizasse, pelo menos, 04 ambientes para a realização das atividades em grupos
		Divulgação	Juntamente com o setor de imprensa do governo, confeccionar material de divulgação (spot, faixas e banner) e convites.



02	Envolvidos	Identificação de responsáveis pelos setores e organizações a serem convidados	Foram presenças obrigatórias no processo: CMDCA; Setores do Poder Executivo Municipal, prioritários na relação com o tema (Assistência/Desenvolvimento Social, Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Saúde). Foram ainda identificados e chamados: Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Polícia Civil; Poder Legislativo Municipal; Conselheiros Tutelares e Conselhos Municipais Setoriais e de Controle Social (Educação, Saúde, Assistência Social, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB), Alimentação Escolar e outros existentes no município); Instâncias regionais da administração estadual, especialmente as ligadas à educação e à saúde; organizações da sociedade civil (Faculdade/escolas de educação superior); organizações não governamentais ligadas ao tema dos direitos da infância e da adolescência; de sociedades e clubes de serviço (Rotary) e Representações de adolescentes de escolas e de serviços ofertados no município.
03	Moderadores/ Expositores	Identificar, por área, os responsáveis por cada grupo. 1. Saúde 2. Educação 3. Cultura 4. Assistência Social	Foi identificado um técnico de cada área para ser o relator. Este tinha a função de promover uma discussão objetiva e equilibrada, podendo também contribuir para a organização e o esclarecimento das idéias apresentadas no grupo, sem, contudo apresentar juízo de valor. Também foi identificado um relator para o registro das identificações de problemas e propostas apresentadas.
04	Encontro com toda a Comissão Intersetorial e Moderadores/Expositores dos Grupos de trabalho.	Revisar as diretrizes e os objetivos estratégicos que compõem o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; estudar a metodologia de trabalho e elaborar o cronograma geral das atividades.	Momento realizado em 04 encontros para estudo dos planos Decenal e Nacional e análise local para identificação dos problemas e necessidades do município. Material confeccionado para compartilhamento no encontro em grupo, que ocorreu no dia do seminário.
05	Material	Preparação de material para encontro de revisão das diretrizes Preparação de Material que será utilizado no Seminário	Disponibilização de cópias dos Planos Decenal e Nacional e preparação dos mapas/planilhas: Matriz de Problemas e Causas; Matriz de Objetivos e Resultados; Análise Setorial e Consolidação.

DIA DO SEMINÁRIO/EVENTO



07	Inscrições	Deverão acontecer na chegada dos participantes, já identificando os participantes para os 04 grupos de trabalho que ocorrerão na segunda parte do evento.	As inscrições possibilitaram identificar os participantes e já alocá-los nos grupos. Ficha simples com informações do participante.
08	Abertura	Acolhida	Momento cultural para recepcionar os participantes. Música com artistas mirins.
		Composição de Mesa - A presença do gestor municipal é fundamental, cabendo a ele a abertura dos trabalhos.	Organização de cerimonial com destaque para o representante do executivo (vice prefeito) que decretou iniciado o seminário, fala dos representantes do CMDCA, Poder legislativo, Articuladores dos Programas Selo Unicef e PPAC Abrinq e da Secretária de Assistência social.
		Apresentação do objetivo do trabalho e do processo que será adotado para sua execução	Apresentação para exposição da metodologia do trabalho
		Apresentação Cultural	Apresentação das crianças do Balé Municipal.
09	Oficinas	Grupo com um número de pessoas entre 15 e 20 participantes, estabelecimento de tempo para finalização dos trabalhos.	A composição dos grupos tem um total de 20 participantes, cada, para trabalhar as matrizes. Ficou a critério de cada área temática, a dinâmica em sala.
10	Encerramento	Apresentação dos objetivos e propostas apresentados nas atividades dos grupos. Apresentado pelo moderador ou representante de cada grupo.	Retorno à plenária para a apresentação das ações propostas em atividades do grupo.
11	Alimentação	Lanche	Articulação das Secretarias de Assistência, de Educação, de Cultura e de Saúde.
		Almoço	
12	Apoio Logístico	Limpeza e Água	
		Som	
		Data show/computador (para todos os grupos)	
		Transporte com motorista	
13	Orçamento	Identificação de recurso	



SISTEMATIZAÇÃO			
14	Matriz de Objetivos e Resultados	Sistematização dos resultados (problemas e propostas de solução) das oficinas de trabalho, para viabilizar a análise setorial.	Para este momento foi dividido para cada grupo (assistência, educação, cultura e saúde) as áreas temáticas a serem trabalhadas, seus problemas, suas causas, seus objetivos e resultados esperados*.
ANÁLISE SETORIAL			
15	Matriz de Análise Setorial	Analisar a produção coletiva sistematizada, em relação a suas diretrizes e recomendações.	CMPDDCA
		Definir as estratégias do plano, considerando ações em andamento ou planejadas e apresentação de novas propostas. <ol style="list-style-type: none"> 1. O que se vai fazer? 2. Quem vai fazer? 3. Quando se vai fazer? 4. Com que recurso se vai fazer? 	Análise desenvolvida setorialmente por técnicos das secretarias de Saúde, Educação, Cultura e Assistência
CONSOLIDAÇÃO			
16	Matriz Lógica	Encontro de alinhamento entre os órgãos implementadores, para definição de prioridades; estabelecimento de acordos; conhecimento de complementaridades e resolução de sobreposições, incompatibilidades e lacunas.	Momento em que a comissão intersetorial fez a análise para o alinhamento e consolidação das ações, após a análise setorial.
		Organização da Matriz, com base nas matrizes de análise setorial, considerando as decisões tomadas no encontro de alinhamento.	Ação desenvolvida por relator do plano. Consolidação de ações em Mapa final de ações que contemplam o PMIA.
		Organização o documento completo do PMIA, utilizando as sínteses feitas ao longo do processo de elaboração.	Ação desenvolvida pelo relator do plano. Contextualização e estruturação do documento do PMIA.
APROVAÇÃO, DIVULGAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO.			

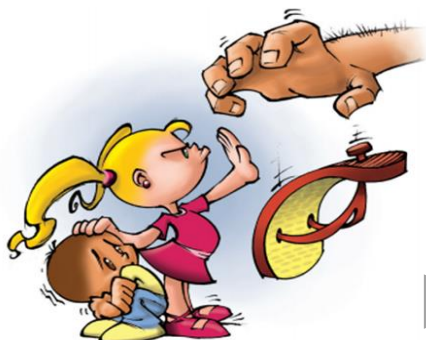


17	Resolução aprovaçãodo PMIA	O CMDCA emite Resolução aprovando o PMIA para um período de dez anos.	CMPDDCA
	Evento de divulgação	Momento de apresentação do PMIA à sociedade.	Realização de um evento de divulgação, tendo como convidados os participantes dos eventos de mobilização e seminário, podendo-se estender o convite a toda a sociedade. Tendo a CI a responsabilidade de pensar e organizar o evento.
	Transformação em lei.	Encaminhamento do PMIA ao Legislativo Municipal para apreciação e transformação em lei.	Na perspectiva de continuidade e para que haja a conversão do PMIA em política municipal, orientando as ações de diferentes gestões.

As ações foram monitoradas em todos os encontros da Comissão Intersetorial com prazos para realização e legenda de andamento para o encaminhamento, sendo identificados por cores, Vermelho (atividade em atraso), Amarelo (atividade em andamento) e Verde (atividade concluída). Os encontros da comissão acontecem nas primeiras e terceiras terças-feiras do mês.



***Sistematização**



Assistência

- Fortalecimento e assistência às famílias;
- Acolhimento institucional;
- Trabalho infantil;
- Violência e exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Atenção a adolescentes que praticaram ato infracional.

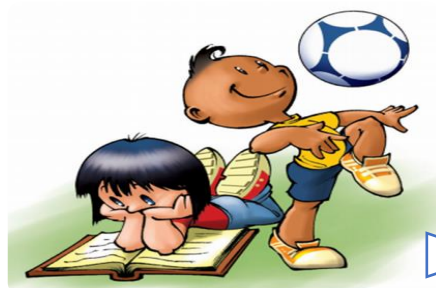


Cultura

- Cultura;
- Esporte e lazer.



As condições para permanência da família no Peti envolvem obrigações nas áreas de educação e assis-



Educação

- Educação Infantil (Creche);
- Educação Infantil (pré-escola);
- Ensino Fundamental (anos iniciais);
- Ensino Fundamental (anos finais);
- Ensino Médio;
- Iniciação profissional;



Saúde

- Atenção à saúde materna;
- Atenção às doenças prevalentes na infância e a disfunções alimentares (desnutrição, sobrepeso, obesidade);
- Atenção à saúde da criança;
- Atenção à saúde do adolescente;
- Atenção a crianças e adolescentes com deficiências físicas e/ou men
- Prevenção do uso abusivo de drogas e atenção aos usuários;



5- MATRIZ LÓGICA - AÇÕES DO PLANO

Órgão Implementador - Secretaria de Assistência Social

Problema Central: Baixa articulação e integração da rede intersetorial

Objetivo: Aumentar a articulação e integração da rede intersetorial



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Integração da rede intersetorial	16.1; 16.2; 16.3 e 16.7	Dados do PIA	CREAS Municipal	Reuniões com a rede intersetorial Pactuação das ações do Plano Individual de atendimento - PIA com a rede intersetorial	Secretaria Municipal de Assistência Social	CREAS Educação Saúde Sistema de Garantia de Direito	FMAS Função: 08 Sub Função: 243	2018	2024

Problema Central: Alto índice de exclusão social e econômica

Objetivo: Reduzir o índice de exclusão social e econômica



ODS associados:



Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Redução dos índices Aumento de notificações	1.4; 10.2; 10.3; 10.4	Notificações de violência	Através do sistema do RMA CREAS	Campanhas educativas	Secretaria Municipal de Assistência Social	Órgãos Sócio Assistenciais Órgãos de Garantia de Direito Segurança Pública	FMAS Função: 08 Sub Função: 243	2018	2024
				Palestras					
				Reuniões intersetoriais					

Problema Central: Alta Incidência de trabalho infantil

Objetivo: Baixar índice de incidências do Trabalho infantil no município



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Redução do índice de trabalho infantil	8.7; 16.2	Notificação do trabalho infantil no município	Ministério Regional do Trabalho	Oferta de cursos de qualificação profissional para os provedores familiares.	Secretaria Municipal de Assistência Social	*CREAS *Sistema de Garantia de Direito	FMAS Função: 08 Sub Função: 243	2020	2024



				Realização de campanhas educativas.		*Educação			
				Realização de fórum municipal.		*Saúde			
				Acompanhamento PAEFI					

Problema Central: Rompimento de vínculos familiares

Objetivo: Superar as fragilidades sócio familiares



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Reintegração familiar	8.6; 16.6	Guia de acolhimento e desacolhimento	Vara da Infância	Atendimento Psicossocial (familiar e individual) Construção do Plano Individual de atendimento PIA	Secretaria Municipal de Assistência Social	Rede sócio assistencial Garantia de Direito Saúde Educação Cultura	FMAS Função: 08 Sub Função: 244	2018	2024

Problema Central: Baixa capacidade de atendimento da rede intersetorial

Objetivo: Aumentar a capacidade de atendimento às vítimas.





ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Ampliação do atendimento a crianças e adolescentes vítimas de negligência, maus tratos e violência.	8.7; 16.1; 16.2; 16.6	RMA	Vigilância Socioassistencial.	Contratação de profissionais especializados	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria de Assistência Social	FMAS Função: 08 Sub Função: 243	2020	2024

Problema Central: Baixa oferta de qualificação profissional

Objetivo: Aumento da oferta do serviço de qualificação profissional



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Acesso ao mercado de trabalho	8.2; 8.3; 8.5; 8.6	ID CRAS	Rede SUAS	Ofertas de cursos profissionalizantes		CDL CRAS PCF Sala do	FMAS Função: 08 Sub Função: 244	2020	2024



						empreededor			
--	--	--	--	--	--	-------------	--	--	--

Problema Central: Pouca oferta de emprego

Objetivo: Identificar ofertas de empregos no âmbito municipal



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Acesso ao mercado de trabalho	8.2; 8.3; 8.5; 8.6	Relatório do Cad'único	Cad'único	Oferta de cursos e qualificação profissional		CRAS CDL Sala do Empreendedor	FMAS Função: 08 Sub Função: 244	2019	2024

Problema Central: Alto índice de violência doméstica.

Objetivo: Baixar índice de violência



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término



Reduzir a desigualdade de gêneros no município	5.1; 5.2; 5.4; 5.5; 5a; 5b; 5c	Boletim de ocorrência	Delegacia da mulher Coordenadoria da mulher	Campanhas educativas e Oficinas PAIF e PAEFI	Secretaria Municipal de Assistência Social	Rede sócio assistencial Sistema de Garantia de Direito Segurança Pública	FMAS Função: 08 Sub Função: 244	2019	2024
--	--------------------------------	-----------------------	--	--	--	--	---	------	------

Órgão Implementador - Secretaria de Cultura

Problema Central: Falta de recurso para as atividades do Balé Expressa'art e Balé Cultural de Afogados da Ingazeira - PE

Objetivo: Elaborar projetos para captação de recursos nos âmbitos Municipal, Estadual e Federal.



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Aquisição de figurinos, adereços, alimentação, água e equipamentos para ensaios e apresentações.	1a; 8.9	Grupos equipados com materiais necessários para a manutenção e realizações de apresentações.	Notas de compras, fotografias e registros através de vídeos.	Balé Cultural de Afogados da Ingazeira e Balé Express'art - Grupo Cultural que desenvolve um trabalho de formação e prática cultural com	Secretaria de Turismo, cultura e Esportes	Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes/Professores de dança.	Tesouro	2018	2020



				Crianças, Adolescentes e Jovens.					
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Problema Central: Dificuldade com a participação de Crianças e Jovens no Cine Clube área urbana e atividades afins.

Objetivo: Firmar parcerias com a educação no âmbito de divulgar o projeto e convidar para as sessões.



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Aumento das participações de usuários nas sessões do cine clube.	8.9	Público maior e participativo nas sessões do Projeto	Fotografias e filmagens	Cine Clube - Atividade recreativa que se dar com o seguinte formato: exibição de Filmes, documentários (ou material em mídia) onde é levado para as comunidades a estrutura necessária (Projeto, som e telão) e logo após rodas de debates sobre o assunto da Noite e distribuição de	Secretaria de Turismo, cultura e Esportes	Equipe gestora das escolas da rede municipal de ensino, Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes Secretaria de Educação.	Tesouro	2018	2020



				pipocas					
--	--	--	--	---------	--	--	--	--	--

Problema Central: Dificuldade no deslocamento da equipe para realização de atividades (inclusive na zona rural)

Objetivo: Aquisição de transporte de médio porte para as atividades da cultura.



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Favorecimento da realização das atividades culturais.	1a	Tornar mais acessível as atividade culturais, sobretudo na Zona Rural.	Nota fiscal da compra do transporte e registro fotográfico das atividades.	Oficinas de música, dança e atividades culturais, propondo entretenimento e lazer.	Secretaria de Turismo, cultura e Esportes	Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes e representações comunitárias rurais	Tesouro	2018	Permanente

Problema Central: Falta de espaço adequado para realização de atividade afins que contemplam as ações culturais, de esporte, lazer e formação. A exemplo de espaço inadequado para os ensaios do balé

Objetivo: Garantir uma sede fixa para atividades culturais.



ODS associados:

Resultado	Metas ODS	Indicadores de	Meios de	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de	Datas previstas
-----------	-----------	----------------	----------	-------------------	-------------	------------	-----------	-----------------



esperado	associados	resultado	verificação				recursos	Início	Término
Identificação de espaços adequados e preservação de atividades a exemplos do balé.	4a	Ter um local próprio para ensaios e conservar o material dos grupos.	Fotografias e Filmagens	Tornar espaços adequados com profissionais qualificados para desenvolver tais atividades.	Secretaria de Turismo, cultura e Esportes	Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes.	Tesouro	2018	2020

Problema Central: Falta de interesse de adolescentes e jovens em participarem de atividades culturais

Objetivo: Divulgar nas comunidades o propósito dos grupos culturais existentes.



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Participação mais efetiva dos adolescentes e jovens no grupos culturais.	10.2	Maior participação de adolescentes e jovens nos Grupos.	Blogs, Rádios e meios de comunicação.	Realizar palestras e debates sobre a cultura regional e sua importância.	Secretaria de Turismo, cultura e Esportes	Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes.	Tesouro	2018	Permanente

Problema Central: Falta de material didático e de pessoal para as praticas da escola de música.

Objetivo: Aquisição de novos instrumentos e contratação de professores de música e de canto.





ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Maior aproveitamento das crianças e dos adolescentes em possíveis novas turmas.	4c; 10.2	Maior participação de Crianças e adolescentes Músicos e maior aproveitamento dos mesmos	Frequência das aulas e notas fiscais da compras dos novos instrumentos	Compra de instrumentos para criação de uma batucada de maracatu.	Secretaria de Turismo, cultura e Esportes.	Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes/Escola de Músicas e Músicos da Cidade.	Tesouro	2018	Permanente

Problema Central: Quadras Esportivas em estados de reparação (reforma)em sua estrutura.

Objetivo:Manutenção e readequação das quadras nas comunidades



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término



<p>Atividades descentralizadas para todas as comunidades tirando do foco o ginásio desportivo central.</p>	<p>4a; 16.1</p>	<p>Espaços adequados para a realização de Atividades Esportivas e maior participação de Crianças e Adolescentes.</p>	<p>Registros fotográficos e notas fiscais de compras para as melhorias dos Espaços e participação das Crianças e Adolescentes</p>	<p>Esporte nos Bairros - Este Projeto visa atender crianças de 10 à 14 anos, com o objetivo de promover a inclusão social através da prática esportiva. Além de permitir a nossas crianças. Além de permitir a nossas e jovens espaços para prática esportiva, incentivamos também questões importantes como disciplina, trabalho em equipe, respeito ao próximo. Só participa da competição quem estiver com a freqüência e o rendimento escolar em dia.</p>	<p>Secretaria de Turismo, cultura e Esportes</p>	<p>Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, Professores de Educação Física e comunidade.</p>	<p>Tesouro</p>	<p>2018</p>	<p>Permanente</p>
--	-----------------	--	---	--	--	--	----------------	-------------	-------------------



Órgão Implementador - Secretaria de Educação

Problema Central: Quadro instável de professores e auxiliares

Objetivo: Estabilidade do quadro de professores



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Quadro efetivo de professores	4c	Professores efetivos de acordo com a demanda	Levantamento de quantitativo de vagas	Realização do concurso público para efetivar o quadro de professores considerando atuação em escolas urbanas e do campo;	Secretaria de Educação	Poder executivo e legislativo SEDUC	FME Função: 12 Sub Função: 365	2018	2022

Problema Central: Infraestrutura inadequada das escolas

Objetivo: Adequar a infraestrutura das escolas.



ODS associados:



Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Espaços acolhedores e adaptados para atender crianças na Etapa de Educação Infantil	4a; 4.5; 11.7	N. de escolas e creches reformadas ou construídas	SIMEC	-Elaboração de plano de reforma e/ou construção de novas creches.	Secretaria de Educação	Governos Municipal Estadual e Federal	FME Função: 12 Sub Função: 365	2019	2028

Problema Central: Fragilidade da política inclusiva para a população de 0 a 5 anos e 11 meses.

Objetivo: Fortalecimento da política inclusiva para a população de 0 a 5 anos e 11 meses.



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Garantia de acesso/permanência e qualificação das práticas de ensino para estudantes incluídos na sala regular.	4.5; 10.3	Ampliação da matrícula de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação incluídos	Censo Escolar.	Elaboração das instruções normativas orientando os processos inclusivos na rede municipal de ensino.	Secretaria de Educação e Saúde	Secretaria de Educação e Saúde	FME Função: 12 Sub Função: 365	2018	2022



		nas turmas da rede regular de ensino.		<p>Aquisição de novos equipamentos, remanejamento das SRM da área rural onde não há demanda.</p> <p>Implantação de salas de Recursos Multifuncionais em todas as escolas urbanas e rurais que apresentarem demanda.</p> <p>Fortalecimento de parcerias Inter setoriais na perspectiva de desenvolvimento de ações formativas e de acompanhamento.</p> <p>Realização de formação para profissionais da rede municipal.</p>					
Problema Central: Quadro instável de professores									
Objetivo: Estabilidade do quadro de professores									





ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Quadro efetivo de professores	4c	Professores efetivos de acordo com a demanda	Levantamento de quantitativo de vagas	Realização do concurso público para efetivar o quadro de professores considerando atuação em escolas urbanas e do campo	Secretaria de Educação	Poder executivo e legislativo SEDUC	FME Função: 12 Sub Função: 361	2018	2020

Problema Central: Ausência de uma equipe multidisciplinar para acompanhamento dos estudantes.

Objetivo: Instituir Equipe Multidisciplinar na Rede Municipal de Ensino



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término



Acompanhamento aos estudantes pela Equipe Multidisciplinar, direcionando laudos e atendimentos específicos.	4.5; 10.3; 16.6; 16.7	Atuação da equipe multidisciplinar	Monitoramento das ações com a coordenação municipal de Educação Inclusiva.	Seleção/contratação da equipe multidisciplinar	Secretaria de Educação	Secretária de Educação e Coordenador a Municipal da Educação Inclusiva	FME Função: 12 Sub Função: 361	2018	2020
---	-----------------------	------------------------------------	--	--	------------------------	--	--------------------------------------	------	------

Problema Central: Fragilidade de um cardápio adequado aos alunos do campo que estudam na área urbana.

Objetivo: Melhorar o cardápio, atendendo aos alunos que chegam à escola sem refeição.



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Estudantes bem alimentados participando das atividades escolares.	2.1; 4.1; 4.2	Merenda escolar reforçada	Cardápio elaborado por nutricionista	Reestruturação do cardápio da merenda escolar	Secretaria de Educação	Secretaria Municipal de Educação	FME Função: 12 Sub Função: 306	2018	2020

Problema Central: Evasão gradativa

Objetivo: Diminuir a evasão





ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Frequência e permanência dos estudantes, elevando os índices de aprendizagem.	4.4; 4.5; 4.6	Estudantes com frequência desejável.	Monitoramento da frequência através do SIE (Sistema Integrado de Ensino) e do Programa de Educação Integrada, eixo Monitoramento	Monitoramento da frequência pelo professor, secretário da escola e equipe de inspeção da Secretaria de Educação Realização de visitas domiciliares	Professor, secretário da escola e equipe de inspeção da Secretaria de Educação	Equipe técnica e docentes	FME Função: 12 Sub Função: 361	2018	2028

Problema Central: Uso de drogas lícitas e ilícitas dentro das escolas

Objetivo: Combate ao uso de drogas lícitas e ilícitas dentro das escolas



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término



Diminuição do uso de drogas lícitas e ilícitas entre crianças e adolescentes.	3.5; 16.2	Estudantes conscientes quanto aos riscos do consumo das drogas lícitas e ilícitas.	Observação do comportamento dos estudantes.	Ações integradas entre as Secretarias de Educação, Assistência Social e Saúde.	Secretaria de Educação, Assistência Social e Saúde.	Secretaria de Educação, Assistência Social e Saúde.	FME Função: 12 Sub Função: 361	2018	2028
				Realização de palestras para sensibilizar os estudantes quanto aos riscos do consumo das drogas lícitas e ilícitas.					

Órgão Implementador - Secretaria de Saúde

Problema Central: Falta de cobertura de atendimento Odontológico 100% às gestantes do município.

Objetivo: Garantir 100% de cobertura odontológica às gestantes do Município



ODS associados:

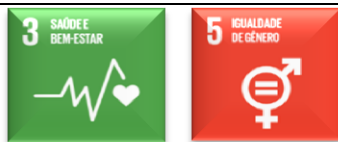
Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Melhora saúde bucal das gestantes	3.4	Nº de gestantes por área/ nº total de gestantes x 100	e-SUS AB	Realização de palestras educativas dos cuidados com a saúde bucal da gestante, rodas de	Secretaria de Saúde	Equipe de atenção básica e saúde bucal	FMS Função: 10 Sub Função: 301	2018	Permanente



				conversas com profissionais das UBS.					
--	--	--	--	--------------------------------------	--	--	--	--	--

Problema Central: Número reduzido de gestante para realização de coleta citopatológica.

Objetivo: Aumentar o número de gestantes com realização de citopatológico.



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Profissionais médicos e enfermeiros, das UBS's, capacitados para realização do exame.	3.4; 3.7; 5.6	Nº de Citológicos realizados	SISCOLO/SIS REG	Matriciamento dos profissionais envolvidos no pré-natal com atualização dos protocolos em Saúde da Mulher para realização do procedimento. Realização de Rodas de conversa, palestras visando orientação da importância da coleta para as gestantes.	Secretaria de Saúde	Atenção básica e Centro de Saúde da Mulher	FMS Função: 10 Sub Função: 301	2018	2020

Problema Central: Baixa participação das mulheres e adolescentes em ações de planejamento reprodutivo

Objetivo: Aumentar a participação das mulheres e adolescentes em ações de planejamento reprodutivo




ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Aumentar a efetividade das ações de saúde para o planejamento reprodutivo, com maior adesão das mulheres e adolescentes as ações.	3.7; 3c; 5.6	Nº de Consultas por mulheres no ano. Nº de gravidez em menor de 20 anos.	e-SUS AB	Ampliação do acesso aos métodos anticoncepcionais nas UBS's. Atividades educativas nas unidades escolares em parceria com o NASF. Incentivo ao uso do DIU e diminuição da burocratização ao método ofertado.	Secretaria de Saúde	Atenção Básica, NASF, Vigilância Epidemiológica.	FMS Função: 10 Sub Função: 301; 304	2018	2020

Problema Central: Baixo percentual de realização de partos normal.

Objetivo: Aumento no percentual da realização de partos normais.

ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término



Diminuição das complicações causadas por parto cesárea.	3.7; 3.4; 3.2; 3.1; 5.6	% de parto normal	SISREG	Projeto parto Humanizado em parceria com a Regulação Intensificar atividades de orientação durante o Pré –Natal. Oficina de atualização com equipe das UBS's sobre humanização do Pré-Natal e Parto.	Secretaria de Saúde	Atenção Básica, NASF e Regulação.	FMS Função: 10 Sub Função: 301; 302	2018	2020
---	----------------------------	-------------------	--------	--	---------------------	-----------------------------------	--	------	------

Problema Central: Baixa cobertura de gestantes com realização de no mínimo 07 consultas de pré-natal.

Objetivo:Garantir no mínimo 07 consultas de pré-natal a gestante.



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Garantindo a diminuição de mortalidade do binômio.	3.1; 3.2; 3.4;3.7; 3.8	n. de consultas realizadas/n. gestantes x 100.	e-SUS AB e EP/HELP	Realizar Busca Ativa. Atividades de Orientação a importância de no mínimo 07 Consultas	Secretaria de Saúde	Atenção Básica, NASF, Regulação.	FMS Função: 10 Sub Função: 301; 302	2018	Permanente

Problema Central: Déficit de crianças menor de um ano na puericultura.



Objetivo: Aumento do numero de crianças de um ano na puericultura.



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Identificação precoce de doenças com maior chances de resolutividade.	3.2; 3.4; 3.8	Nº de crianças menor de 1 ano na puericultura/ Nº de crianças menor de 1 ano cadastradas x 100.	PEC e SIAB	Orientação durante o Pré-Natal sobre a importância do acompanhamento do bebe. Busca ativa dos Faltosos	Secretaria de Saúde	Atenção Básica e ESF	FMS Função: 10 Sub Função: 301	2019	Permanente

Problema Central: Ausência da mãe no período correto entre o 3º e o 5º dia de vida para procedimento de triagem neonatal (teste do pezinho)

Objetivo: Garantir a presença da mãe ao teste de triagem.



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término



Identificação precoce de doenças congênitas ou infecciosas, contribuindo para a redução da mortalidade.	3.2; 3.4; 3.8	Nº casos de doenças	PEC, SINASC	Reforçar/capacitar sobre o período correto de coleta de exames junto aos profissionais de saúde;	Secretaria de Saúde	Atenção Básica, ESF, Centro de Saúde da criança e do adolescente.	FMS Função: 10 Sub Função: 301	2019	2022
				Utilização da caderneta da gestante/criança para controle.					

Problema Central: Descontinuidade da atuação do Comitê de óbito infantil

Objetivo: Garantir continuidade da atenção do comitê de óbito infantil



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Encerramento dos casos de óbitos tendo conhecimento da causa do óbito.	3.1; 3.2; 3.4	Nº de investigações realizadas	SINASC	Realização de reuniões de Comitê para encerramento dos casos.	Secretaria de Saúde	Vigilância em saúde e atenção básica	FMS Função: 10 Sub Função: 301; 304	2018	2020

Problema Central: Elevado índice de cárie, doenças periodontais.

Objetivo: Diminuição do índice de cárie, doenças periodontais.





ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Diminuição no índice de cárie (índice CPO-d ceo-d) em dentes decíduos e permanentes, redução de doenças periodontais e diminuição de perdas dentárias precoces com comprometimento do sistema estomatognático.	3.4; 3.8	Nº de dentes cariados perdidos e obturados/ Nº de dentes presentes	CPO-d e ceo-d	-Realização de escovação dental supervisionada, palestras educativas e garantia do atendimento a população pela equipe de saúde bucal.	Secretaria de Saúde	Equipe de Saúde Bucal	FMS Função: 10 Sub Função: 301	2018	Permanente

Problema Central: Baixo índice de adesão da vacina HPV.

Objetivo: Aumentar o índice de adesão da vacina HPV



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término



Maior número de adolescentes imunizados.	3.3; 3.4; 3.8; 3.7	N. doses aplicadas	SISPNI	Busca ativa em escolas, e auxílio dos ACS's e UBS para acompanhamento das crianças pelo cartão espelho e SISPNI, com vacinação extra-muro. Implantação da Caderneta do Adolescente.	Secretaria de Saúde	PNI, Atenção Básica, ESF, NASF, Centro de Saúde da Criança e do adolescente.	FMS Função: 10 Sub Função: 304; 301	2019	Permanente
--	-----------------------	--------------------	--------	--	---------------------	--	--	------	------------

Problema Central: Ausência de rede de monitoramento dos casos notificados de violência interpessoal com adolescentes.

Objetivo: Garantir o monitoramento dos casos notificados de violência interpessoal relacionados aos adolescentes.



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Monitoramento dos casos de violência.	3.5; 16.1; 16.2; 16.3	Numero de casos notificados	SINAN	Notificação e monitoramento dos casos de violência interpessoal com adolescente.	Secretaria de Saúde	Vigilância epidemiológica, CREAS, coordenadora da mulher e conselho tutelar	FMS Função: 10 Sub Função: 304	2018	Permanente

Problema Central: Alto Índice de Sobrepeso e Obesidade

Objetivo: Diminuir o índices de Sobrepeso e Obesidade



ODS associados:									
Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Diminuição de comorbidades.		Nº de pacientes com sobrepeso/n. total de pacientes x100	SISVAN e e-SUS AB	Contratação de Profissionais de Nutrição	Secretaria de Saúde	Vigilância Alimentar e Nutricional / AB / NASF	FMS Função: 10 Sub Função: 301	2018	Permanente
				Aumento da Oferta de Atendimentos Clínicos Nutricionais					
				Ações Educativas nas UBS					

Problema Central: Ausência de serviço especializado para crianças e/ou adolescentes com transtornos do espectro do autismo.

Objetivo:Garantir serviço especializado



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término



Crianças e/ou adolescentes com TEA atendidos.	2.2; 3.8	Numero de Atendimentos	SISREG	Realizar Mapeamento para identificação do público, através de parceria com serviços como AB, Assistência Social, CAPS's e demais serviços de assistência.	Secretaria de Saúde	Secretaria de Saúde e Coordenação do Centro de Reabilitação Física	FMS Função: 10 Sub Função: 122; 302.	2020	2028
				Elaborar projeto e identificar protocolo para estabelecimento do serviço na rede especializada no município.					
				Identificar e capacitar profissionais para atendimento ao público com déficit intelectual e com transtornos do espectro do Autismo					

Problema Central: Falta de cobertura integral no atendimento odontológico ao paciente portador de necessidades especiais.

Objetivo:Garantir de 100% de cobertura odontológica ao paciente PNE.



ODS associados:



Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Melhoria na saúde bucal do paciente com PNE.	3.8	Nº de PNE atendidos no CEO/ Nº de PNE na RAS x 100	CPO-d e CEO-d	Atendimento odontológico às crianças nas Unidades Básicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas – CEO	Secretaria de Saúde	Equipe de Saúde Bucal	FMS Função: 10 Sub Função: 304	2018	Permanente

Problema Central: Alto índice de usuários, adolescentes, de álcool e outras drogas

Objetivo: Reduzir índice de usuários, adolescentes, de álcool e outras drogas



ODS associados:

Resultado esperado	Metas ODS associados	Indicadores de resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de recursos	Datas previstas	
								Início	Término
Adolescentes livres de álcool e outras drogas.	3.5	N. de palestras realizadas	Registro de atividades (atas e CNS)	Palestras Educativas nas escolas, nas UBS, Caps III, Caps Infantil e demais equipamentos assistenciais.	Secretaria de Saúde	Equipe de Saúde Mental, NASF, AB e Secretaria de Educação.	FMS Função: 10 Sub Função: 302	2018	Contínuo



6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interlocução entre as instituições que constituem o Poder Público e os segmentos da sociedade civil que embasou todo o processo de construção do Plano Municipal para a Infância e a Adolescência, para o período 2018/2028, deve ser fortalecida, durante a materialização das políticas públicas propostas para a efetivação da inclusão social e afirmação da cidadania.

Nesse sentido, todos os desafios intrínsecos ao processo de elaboração de um Plano Decenal, tais como o estabelecimento de diretrizes e objetivos estratégicos que levem em consideração, não apenas, as demandas atuais, mas também as contínuas transformações da contemporaneidade constituem-se, neste Plano, como resultado de um trabalho integrado, com participação social, em especial, pelas representações da criança e do Adolescente.



7- REFERÊNCIAS

ABRINQ. Plano Municipal para a Infância e Adolescência. Elaboração e Revisão. 3ª Edição. Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente. São Paulo, 2017.

AFOGADOS DA INGAZEIRA. PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME 2003- 2013.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES LDB - Lei N° 9.394.

BRASIL. O Plano Municipal de Educação: Caderno de Orientações - Brasília, 2014.

BRASIL. Planejando a Próxima Década: Alinhando os Planos de Educação - Brasília, 2014.

BRASIL. Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação - Brasília, 2014.

BRASIL. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE. Lei N° 13.005/2014 (LEI ORDINÁRIA) 25/06/2014

BRASIL.MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC):

<http://portal.mec.gov.br/>

BRASIL.PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE): <http://pne.mec.gov.br/>

BRASIL.PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE):

<http://pne.mec.gov.br/conhecendo-opne>

BRASIL. Casa Civil. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. Casa Civil. Constituição (1990a). **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**.

Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>.

BRASIL (2011b). Casa Civil. Constituição. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011**. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.



Brasília, DF, 28 jun. 2011. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm>.

BRASIL (2011c). Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF, 23 dez. 2011.

Disponível

em:<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html>.

BRASIL (2014b), Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014**. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde.

BRASIL (2015a). Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Antirretroviral Pós-Exposição de Risco à Infecção pelo HIV**, Brasília, DF, 2015a. 54 p. Disponível em:

<http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2015/58168/pcdt_pe_p_20_10_1.pdf>.

BRASIL (2016b). Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde.

Boletim Epidemiológico Sífilis, Ano V, Brasília, DF, v. 47, n. 35, 2016.

Disponível em:

<http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2016/59209/2016_030_sifilis_publicao2_pdf_51905.pdf>.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8.742, de 08 de dezembro de 1993.

BRASIL.Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF:trabalho social com famílias do serviço de proteção e atendimento Integral à família**. V. 2. Brasília: 2012.

BRASIL.Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, 1ª edição**, Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

BRASIL.Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos Anotada e Comentada**. Brasília, 2011.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico: 2010. IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional Amostra de Domicilio - (PNAD), 2013.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM). Portal ODM: Sistema de Indicadores Municipais 2010.

PORTAL CONVIVA EDUCAÇÃO: <http://convivaeducacao.org.br/>

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME): <http://undime.org.br/>

